

Do "Tractatus" às "Observações filosóficas": reflexões sobre a natureza da filosofia

Gonçalves, Acrísio Luiz

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Gonçalves, A. L. (2019). Do "Tractatus" às "Observações filosóficas": reflexões sobre a natureza da filosofia. *Griot: Revista de Filosofia*, 19(2), 182-193. <https://doi.org/10.31977/grifi.v19i2.1140>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY Lizenz (Namensnennung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.de>

Terms of use:


This document is made available under a CC BY Licence (Attribution). For more Information see:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

DO “TRACTATUS” ÀS “OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS”: REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA DA FILOSOFIA

Acrísio Luiz Gonçalves¹

Centro Universitário Una (UNA)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <https://orcid.org/0000-0002-2867-861X>

E-mail: acrissio@yahoo.com.br

RESUMO:

No presente artigo, analiso a concepção de Wittgenstein sobre a natureza e a função da filosofia, discutindo o seu método deflacionista para o tratamento dos problemas filosóficos. Apresento os motivos pelos quais Wittgenstein teria compreendido a filosofia não como uma atividade descritiva, mas como uma atividade elucidativa, cujo propósito central seria dissolver os problemas filosóficos por meio da análise lógica (e/ou lógico-fenomenológica). Para cumprir este propósito, divido o artigo em três seções, nas quais discuto o pensamento de Wittgenstein a partir do *Tractatus Logico-philosophicus* (1921), de *Some Remarks on Logical Form* (1929) e das *Philosophical Remarks* (de 1929-1930), respectivamente. Nesse percurso, apresento a crítica de Wittgenstein à possibilidade de interpretar a filosofia como uma disciplina que, assim como a ciência, seja capaz de oferecer uma representação teórica sobre algum domínio de objetos ou fatos. Posteriormente, analiso algumas mudanças em sua descrição da atividade filosófica, mostrando que, até o início do período intermediário de sua filosofia, Wittgenstein mantém inalterada a ideia de que a função da filosofia seria a de estabelecer a distinção entre problemas teóricos reais (solucionáveis) e pseudoproblemas filosóficos.

PALAVRAS-CHAVE: Wittgenstein; Russell; Tractatus; Observações Filosóficas.

FROM THE “TRACTATUS” TO THE “PHILOSOPHICAL REMARKS”: REFLECTIONS ON THE NATURE OF PHILOSOPHY

ABSTRACT:

In this article, I analyze Wittgenstein's conception of the nature and function of philosophy, discussing his deflationary method used for the treatment of philosophical problems. I show the reasons by which Wittgenstein would have understood philosophy as an *elucidative activity*, whose main purpose would be to dissolve philosophical problems through the logical (and/or phenomenological) analysis. In order to do so, I divide the article into three sections, in which I discuss Wittgenstein's thinking from the *Tractatus Logico-philosophicus* (1921), from *Some Remarks on Logical Form* (1929) and from the *Philosophical Remarks* (1929-1930), respectively. Initially, I present Wittgenstein's critique of the possibility of interpreting philosophy as a discipline that, as with science, can offer a theoretical representation of some domain of objects or facts. Subsequently, I list some changes in his description of the philosophical activity, showing that until the beginning of his middle-period philosophy, Wittgenstein maintains the perspective that the function of philosophy would be to distinguish between real (solvable) theoretical problems and philosophical pseudo-problems.

KEY-WORDS: Wittgenstein; Russell; Tractatus; Philosophical Remarks.

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. Professor do Centro Universitário Una (UNA), Belo Horizonte – MG, Brasil.

Introdução²

Ao final do século XIX e início do século XX, diversos filósofos e cientistas promulgaram uma nova visão acerca da filosofia: a chamada “filosofia científica”, que se definia, sobretudo, por uma crítica a qualquer empreitada metafísica sistemática. Apesar de apresentarem diferentes abordagens teóricas, esses filósofos defendiam a introdução de métodos científicos – principalmente, a Lógica – no fazer filosófico. Bertrand Russell, por exemplo, apontado como uma das mais importantes vozes da filosofia científica (RICHARDSON, 1997, p. 430), afirmou que “o conhecimento filosófico não difere essencialmente do conhecimento científico” (RUSSELL, 2008[1912], p. 117) e, assim, defendeu “a possibilidade e a importância de aplicar aos problemas filosóficos certos princípios amplos de método que se verificaram bem-sucedidos no estudo das questões científicas” (RUSSELL, 1914, p. 98).

Russell pensou a filosofia como um saber ou um tipo de investigação que lida com questões inacessíveis aos métodos empíricos, uma espécie de uma *protociência*. Ele descreveu a filosofia como “a ciência do possível”, resumindo, com essa definição, duas características das proposições filosóficas: 1) “devem ser gerais”; e 2) “devem ser apriorísticas”. Com relação ao primeiro ponto, Russell entende que as proposições filosóficas não devem visar um domínio específico de objetos, mas devem “ser aplicáveis a tudo quando se possa existir” (RUSSELL, 1914, p. 110). Com relação ao segundo ponto, Russell defende que uma proposição filosófica deve ser de tal forma que “não possa ser nem provada nem refutada por provas empíricas” (RUSSELL, 1914, p. 111), isto, porque a filosofia se preocupa com proposições que sejam verdadeiras mesmo se a constituição do mundo fosse completamente diferente da atual.

A filosofia científica, tal como Russell a concebia, se guiaria pelo ideal de aproximação sucessiva da verdade, frutificando-se a partir da formulação e da correção constante de suas hipóteses. Nessa perspectiva, a característica essencial da filosofia (e o que permitiria diferenciá-la da ciência) é a *crítica*: o emprego da análise lógica (RUSSELL, 2008[1912], p. 117). Para Russell, grande parte dos problemas filosóficos poderiam ser plenamente tratados a partir da aplicação de certos princípios da análise lógica e, com isso, “a filosofia torna-se então indistinguível da lógica” (RUSSELL, 1914, p. 111)³.

Wittgenstein, contudo, argumentou contra essa imagem (ou função) da filosofia. Enquanto Russell considerava que os problemas filosóficos poderiam ser resolvidos a partir da aplicação do método da lógica matemática, Wittgenstein considerou os problemas filosóficos como “pseudoproblemas”, isto é, como problemas

² Lista de abreviações das obras citadas de Wittgenstein, cujas referências completas se encontram na bibliografia: NB: *Notebooks* (1914-1916); TLP: *Tractatus Logico-philosophicus*; SRLF: *Some Remarks on Logical Form*; PR: *Philosophical Remarks*.

³ Para Russell, o estudo da lógica consiste de duas porções não muito diferenciadas: “Por um lado, ocupa-se das declarações gerais que podem ser feitas a respeito de tudo, sem mencionar nenhuma coisa, predicado ou relação, como por exemplo: “se *x* é membro da classe *alfa* e cada membro de *alfa* é também membro de *beta*, então *x* é membro da classe *beta*, independentemente do que *x*, *alfa* e *beta* possam ser”. Por outro lado, ocupa-se da análise e da enumeração de *formas* lógicas, isto é, dos tipos de proposições que podem ocorrer, com os vários tipos de fatos, e com a classificação dos componentes dos fatos. Desta maneira a lógica provê um inventário de possibilidades, um repertório de hipóteses abstratamente defensáveis” (RUSSELL, 1914, p. 112).

que não são passíveis de serem resolvidos empiricamente, mas apenas dissolvidos por meio da análise. Nessa direção, diversos comentadores têm destacado que “Wittgenstein analisou a filosofia mais a fundo do que qualquer outro” (LAZEROWITZ, 2015, p. 3) e que a sua principal realização foi ter apreciado “a verdadeira natureza da filosofia”, a partir de um tratamento *deflacionista* dos problemas filosóficos (HORWICH, 2012, p. vii).

Seguindo essa linha interpretativa, argumentarei que a concepção de Wittgenstein sobre o que a filosofia é, ou deveria ser, mudou pouco ao longo de sua obra, tendo sido preservada a visão de que a filosofia deve ser entendida não como uma *atividade descritiva*, mas como uma *atividade elucidativa*, que visa dissolver os filosóficos por meio de sua análise, em vez de resolvê-los por meio da produção de teorias. Para este propósito, dividirei o artigo em três seções. Na primeira seção, discuto a natureza da filosofia a partir do *Tractatus Logico-philosophicus*, tendo como alvo a crítica de Wittgenstein à concepção de que a filosofia possa (ou deva) ser interpretada como uma disciplina que, assim como a ciência, seja capaz de oferecer uma representação (correta) sobre o mundo. Na segunda seção, que terá como foco o artigo *Some Remarks on Logical Form*, publicado em 1929, destacarei que, para Wittgenstein, a multiplicidade lógica da realidade deve ser estabelecida, em certo sentido, a partir do exame dos fenômenos nos quais estamos interessados. Por fim, na terceira seção, descreverei o abandono da linguagem fenomenológica nas *Philosophical Remarks*, de 1929-1930, detalhando algumas de suas implicações para a descrição da tarefa e da natureza da filosofia.

O *Tractatus Logico-philosophicus*: o método correto da filosofia

Um dos pressupostos do *Tractatus Logico-philosophicus*⁴ é a visão de que a linguagem simboliza ou representa os fatos que constituem o mundo (cf. TLP, 2.13), de modo que a empreitada filosófica do livro consiste em tornar explícito esse processo de representação⁵. Nesse percurso, Wittgenstein apresenta aquilo que Russell julgou ser “a doutrina básica do *Tractatus*” (RUSSELL, 1959, p. 113): a *teoria figurativa da proposição*, a qual estabelece que “A proposição é uma figuração da realidade” (LTP, 4.01), isto é, um modelo da realidade, tal como uma maquete ou uma escultura (TLP, 2.12)⁶.

A ideia de que uma proposição tem sentido porque é uma figuração da realidade teria sido inspirada pela prática de um tribunal, em Paris, de representar acidentes de trânsito com o uso de modelos (isto é, miniaturas de carros e bonecos) (NB, 29.9.14). Os carros e as demais miniaturas são ser interpretados como uma

⁴ Em 1921 o *Tractatus Logico-philosophicus* foi publicado em língua alemã. No ano seguinte a obra foi traduzida (por Frank P. Ramsey e Charles K. Ogden) e, então, publicada em edição bilíngue (alemão-inglês), com uma introdução preparada por Bertrand Russell.

⁵ Já nos *Notebooks* (1914-1916), em uma anotação datada de 22 de janeiro de 1915, Wittgenstein afirmou: “Toda a minha tarefa consiste em explicar a natureza da proposição. Isto é, especificar a natureza de todos os fatos, cuja figuração é a proposição” (NB, 22.1.15).

⁶ Sendo uma figuração da realidade, a proposição “concorda ou não com a realidade; é correta ou incorreta, verdadeira ou falsa” (TLP, 2.21). Contudo, a compreensão do sentido da proposição independe da determinação de seu valor de verdade. Compreender uma proposição significa, meramente, saber o que é o caso no mundo se a proposição for verdadeira – o que, obviamente, nos permite compreender o sentido de uma dada proposição mesmo sem saber se ela, a proposição em questão, é verdadeira ou falsa (TLP, 4.024).

linguagem que descreve (ou representa) um estado de coisas real: os carros reais e o acidente real⁷. Essa representação é possível, segundo Wittgenstein, porque a linguagem e o mundo compartilham a mesma *forma lógica*⁸ (TLP, 2.16-2.18) e, evidentemente, porque ambas as estruturas – a figuração e o fato por ela representado – podem ser decompostos em suas partes constituintes (TLP, 2.02-2.0212). Assim, uma vez que a estrutura da linguagem é idêntica à estrutura do mundo, compreender as partes elementares da linguagem permitiria compreender as partes correspondentemente elementares do mundo: os fatos. Por isso, Wittgenstein defende a necessidade de analisar a linguagem até suas partes mais simples, as proposições elementares⁹.

As proposições elementares constituem a totalidade das proposições da linguagem, pois, toda proposição é: ou uma proposição elementar ou o resultado de operações (lógicas) sobre proposições elementares. Assim, a análise lógica de qualquer proposição complexa deveria revelar proposições elementares que são *logicamente independentes*, inanalísáveis, as quais não implicam nem são implicadas por nenhuma outra proposição elementar (e cuja verdade ou falsidade depende unicamente da existência ou inexistência de estados de coisas atômicos). Desse modo, o objetivo de Wittgenstein era mostrar como as sentenças as mais complexas são construídas a partir das sentenças mais simples (BILSKY; COBITZ, 1954, p. 5).

Desse modo, a teoria figurativa é a base para a afirmação de Wittgenstein de que as sentenças metafísicas são sem significado (ou contrassensos), pois, embora pretendam descrever a natureza essencial do mundo, elas não são nem analíticas nem sintéticas e, por isso, não atenderiam ao propósito de ampliar a nossa compreensão acerca da realidade empírica. Afinal, para que uma dada proposição tenha sentido ela deve ser: ou uma *proposição sintética* que afirme algo sobre o mundo, afigurando uma situação que pode ou não ser um fato (como, por exemplo, as afirmações da ciência e do discurso comum), ou uma *proposição analítica* (não-factual), assim como as tautologias lógicas. As sentenças que não se enquadram em alguma dessas duas classes (por exemplo, as sentenças metafísicas) são pseudo-proposições, e o fato de que são pseudo-proposições pode ser revelado pela análise lógica.

As proposições filosóficas são contrassensos “que provêm do não entendimento da lógica de nossa linguagem” (TLP, 4.003). São questões da seguinte

⁷ Além disso, enquanto modelos, os bonecos e os carros também poderiam ser usados para descrever estados de coisas possíveis, embora não atuais, representando, assim, infinitas possibilidades de sentenças significativas.

⁸ À primeira vista, diz Wittgenstein, “a proposição [...] não parece ser uma figuração da realidade” e, do mesmo modo, “tampouco a escrita musical parece ser, à primeira vista, figuração da música” (TLP, 4.011). Contudo, reconhecemos essas linguagens simbólicas como figurações daquilo que elas representam devido à existência de uma lei da projeção, isto é, de “uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura” e, na direção oposta, por meio da qual o músico pode escrever a partitura a partir da melodia ouvida ou tocada (cf. TLP, 4.0141). Isto é, reconhecemos essas linguagens simbólicas como figurações porque que existe uma construção lógica comum à música e à partitura ou, de forma mais geral, por perceber que existe uma construção lógica comum à proposição e à realidade (cf. TLP, 4.014).

⁹ Em outras palavras, a teoria figurativa repousa sobre o pressuposto de que a linguagem e o mundo têm a mesma estrutura – e, conseqüentemente, sobre a concepção de que cada nível da estrutura da linguagem corresponde a um nível da estrutura do mundo (TLP, 3.22). A linguagem, diz Wittgenstein, é a totalidade das proposições (TLP, 4.001), assim como o “mundo é a totalidade dos fatos” (TLP, 1.1). As proposições podem ser decompostas em proposições mais simples, as chamadas “proposições elementares” (TLP, 4.21); de modo semelhante, os fatos compõem-se de combinações de “estados de coisas”. Em último nível, as proposições elementares são formadas a partir das combinações de “nomes” (os constituintes últimos da linguagem) (TLP, 4.22) e os “estados de coisas” são formados a partir da combinação de objetos (os constituintes últimos do mundo) (TLP, 2-2.01).

espécie: “o bem é mais ou menos idêntico do que a beleza?”, algo que resulta em contrassenso exatamente pelo fato de não termos atribuído um significado à palavra “idêntico” – que, nessa frase, funciona como um adjetivo (TLP, 5.4733)¹⁰. A tarefa da filosofia, portanto, é mostrar que tais sentenças ultrapassam os limites daquilo que pode ser dito significativamente. Por isso, sempre que alguém pretender dizer algo metafísico, diz Wittgenstein, devemos “mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais de suas proposições” (TLP, 6.53).

À época do *Tractatus*, Wittgenstein julgou ter resolvido, no essencial, todos os problemas da filosofia. Contudo, um dos principais méritos desse seu esforço foi “mostrar como importa pouco resolver esses problemas” (TLP, *Prefácio*), pois, em sua visão, toda a filosofia é uma tentativa de responder a perguntas que não são realmente perguntas, ou de resolver problemas que não são realmente problemas.

Algumas observações sobre a forma lógica: uma reavaliação da estrutura lógica da linguagem

Em *Some Remarks on Logical Form* (1929), Wittgenstein contesta a posição, publicada no *Tractatus*, de que proposições elementares (ou atômicas) eram logicamente independentes (cf. TLP, 4.211 e 5.134), o que tornava “necessário que proposições atômicas não pudessem se excluir reciprocamente” (SRLF, p. 168). Conforme destaca Engelmann, essa contestação teria sido motivada pela percepção de que “proposições elementares que se excluem (“A é azul” e “A é vermelho”, por exemplo) não podem ser analisadas meramente em termos vero-funcionais” (ENGELMANN, 2017a, p. 20).

Nesse artigo, Wittgenstein mantém inalterada a ideia de que as proposições da linguagem são, em sua maioria, produtos lógicos de proposições mais simples – e que a análise, se levada à cabo, “deve chegar ao ponto em que alcança formas proposicionais que não são, elas mesmas, compostas de formas proposicionais mais simples” (SRLF, p. 162). Contudo, em oposição ao que havia estabelecido no *Tractatus*, Wittgenstein passa a defender que algumas proposições elementares são logicamente excludentes. Por exemplo, algumas proposições que versam sobre objetos espaciais e temporais que apresentam gradações – como *cores* e *sons*, por exemplo (SRLF, p. 165). O interessante dessas proposições, diz Wittgenstein, é que elas são descrições completas que não necessitam de qualquer suplemento:

Suponha que alguém nos pergunte, “Qual a temperatura lá fora?”, e a gente diga, “Vinte e sete graus”; se logo depois nos perguntasse de novo, “Faz trinta e dois graus?”, a gente responderia, “Já disse que faz vinte e sete” (SRLF, p. 167).

Não faz sentido que o interlocutor pergunte se “faz trinta e dois graus”, pois, é característico das proposições gradativas que o grau delas exclua qualquer outro –

¹⁰ Wittgenstein mantém essa posição nas *Observações Filosóficas*: “Se lhe perguntassem se, até agora, os filósofos disseram contrassensos, pode-se responder: não, eles somente deixaram de notar que estão usando uma palavra com sentidos inteiramente diferentes. Nesse sentido, se dizemos que é um contrassenso dizer que uma coisa é tão idêntica quanto a outra, isso necessitaria de qualificação, já que, se alguém diz isso com convicção, então, nesse momento, ele quer dizer alguma coisa com a palavra “idêntico” (talvez “grande”), mas não tem consciência de que está usando a palavra, no caso, com um significado diferente daquele em $2 + 2 = 4$ ” (PR, §9).

no exemplo em questão, saber que faz 27 graus implica, por exemplo, que não faz 32 graus. Ou seja, ao contrário do que fora defendido no *Tractatus*, essas descrições não podem ser decompostas em proposições ainda mais simples. Com isso, Wittgenstein passa a sustentar que, embora as descrições que atribuem um determinado grau a uma qualidade sejam proposições elementares, elas não são logicamente independentes (pois, elas excluem outras proposições).

Desse modo, ao lidar com propriedades que dão margem à gradação – como o comprimento de um intervalo, a altura de uma nota musical, o brilho de um matiz de cor etc. –, “os números (racionais e irracionais) devem entrar na estrutura das proposições elementares” (SRLF, p. 166), permitindo que a análise lógica correta dos fenômenos se realize (SRLF, p. 167). Argumentando acerca da impossibilidade de análise de uma asserção de grau, Wittgenstein utiliza o seguinte exemplo:

Veja bem, vamos chamar de b , digamos, a unidade de brilho; e seja $E(b)$ a asserção que a entidade E possui esse brilho; então, a proposição $E(2b)$, que diz que E tem dois graus de brilho, teria de ser analisável no produto lógico de $E(b) \& E(b)$; isso, porém, equivale a $E(b)$; se, por outro lado, tentando fazer distinção entre as unidades, escrevemos então $E(2b) = E(b') \& E(b'')$, supomos duas unidades de brilho diferentes; e, então, se uma entidade possui uma unidade, a questão de qual das duas ela possui – (b') ou (b'') – poderia ser levantada; o que é obviamente um absurdo (SRLF, p. 167-8)¹¹.

Wittgenstein reconhece que “a relação de diferença de grau é uma relação interna” e, portanto, necessária (SRLF, p. 168). Com relação a este ponto, a discussão sobre a exclusão das cores desempenha um papel central, visto que um exemplo dessas relações internas é, justamente, a impossibilidade lógica de duas cores ocuparem um mesmo lugar do nosso campo visual ao mesmo tempo – algo que, segundo Wittgenstein, expressa uma contradição.

Considere, por exemplo, uma proposição que afirma a existência de uma cor R num certo tempo T num certo lugar L do nosso campo visual. Essa proposição será escrita “ RLT ” [...]. Por sua vez, “ BLT ” diz que a cor B está no lugar L no tempo T . É evidente que, para a maioria de nós aqui e para todo mundo no dia a dia, “ $RLT \& BLT$ ” é algum tipo de contradição (e não só uma proposição falsa) (SRLF, p. 168).

Wittgenstein reconhece que o simbolismo do *Tractatus*, “que nos permite formar o sinal do produto lógico de “ RLT ” e “ BLT ”, não fornece neste caso uma figuração correta da realidade” (SRLF, p. 169). No *Tractatus*, a conjunção “ RLT ” e “ BLT ” era considerada uma contradição (TLP, 6.3751). Isso significa que, em termos tractarianos, a primeira linha da *tabela de verdade* que representa essa conjunção receberia o valor “ F ”. Contudo, uma vez que a análise fenomenológica mostra que a conjunção “ RLT ” e “ BLT ” é impossível, a primeira linha da tabela de

¹¹ Uma explicação semelhante aparece nas *Observações Filosóficas*, onde Wittgenstein diz: “Se digo, no sentido comum, que o vermelho e o amarelo formam o laranja, não estou falando, no caso, de uma *quantidade* dos componentes. E, portanto, dado um laranja, não posso dizer que *mais* vermelho ainda o teria tornado um laranja mais vermelho (Não estou, é claro, falando de pigmentos), embora haja, é claro, um sentido em falar de um laranja mais vermelho. Mas não há, por exemplo, nenhum sentido em dizer que esse laranja e esse violeta contêm a mesma quantidade de vermelho. E quanto vermelho o *vermelho* contém?” (PR, §220).

verdade que representa essa conjunção não é simplesmente falsa, mas nem mesmo pode ser expressa (SRLF, p.170). O exemplo da exclusão das cores mostra, portanto, que as proposições elementares que se excluem (“RLT” & “BLT”) não podem ser analisadas meramente em termos vero-funcionais e, conseqüentemente, que o simbolismo lógico do *Tractatus*, por si só, “é uma ferramenta insuficiente para realizar a tarefa de estabelecer os limites da linguagem e do pensamento” (ENGELMANN, 2013, p. 1).

Devido a essa limitação, Wittgenstein desenvolve um dispositivo para lidar com as proposições elementares, a chamada *linguagem fenomenológica*, permitindo, com isso, uma melhor especificação da natureza das proposições que se excluem. Entendida como um complemento do simbolismo lógico do *Tractatus*, essa linguagem apresentava, inicialmente, uma notação principal: o *sistema de coordenadas* (espaciais). Em síntese, o sistema de coordenadas é uma tipo de plano cartesiano utilizado para especificar a posição de objetos (ou manchas) no nosso campo visual a partir de pares ordenados que descrevem a posição dos objetos nos eixos *x* e *y* (na horizontal e na vertical, respectivamente). Nessa notação, uma mancha vermelha “P”, por exemplo, poderia ser representada a partir do preenchimento, pela cor vermelha, dos intervalos contínuos do plano cartesiano que descreve o campo visual (SRLF, p. 166) – no exemplo em questão, os intervalos contínuos (6-9) e (3-8). Vide figura abaixo.

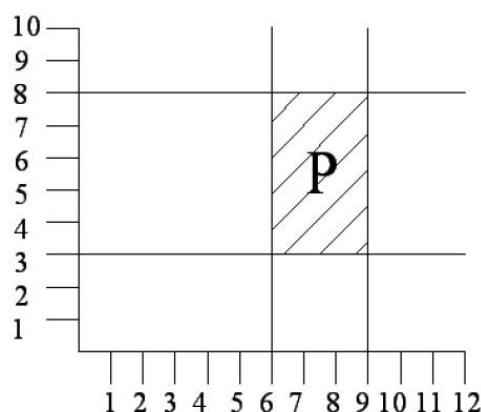


Figura 1 – Descrição de uma mancha “P” no campo visual.

Fonte: *Some Remarks on Logical Form* (WITTGENSTEIN, 1929, p. 166).

Em *Some Remarks*, a tarefa da filosofia ainda era, assim como no *Tractatus*, a de “expressar num simbolismo apropriado aquilo que, na linguagem comum, leva a inúmeros enganos” (SRLF, p. 163). Contudo, neste artigo, Wittgenstein passa a defender que um simbolismo mais adequado à descrição da multiplicidade lógica da realidade deve ser estabelecido, também, a partir do exame dos fenômenos que desejamos descrever. Afinal, ele diz, seria surpreendente “se os fenômenos reais nada mais tivessem para nos ensinar sobre sua estrutura” (SRLF, p.164); quer dizer, é inegável que precisamos “assumir algum conhecimento a respeito de como percebemos o mundo para inspecionar os fenômenos (o fato, por exemplo, de que seres humanos enxergam várias cores)” (ENGELMANN, 2017b, p. 58). Portanto, a análise lógica deixava de ter um caráter estritamente apriorístico.

As *Observações Filosóficas*: inspecionando as “engrenagens ociosas” da linguagem

As *Observações Filosóficas* são um conjunto de escritos filosóficos produzidos por Wittgenstein, em Cambridge, entre janeiro de 1929 e maio de 1930. À época, o manuscrito fora apresentado ao Conselho do *Trinity College* como requisito para renovação de sua bolsa de pesquisador (WITTGENSTEIN, PR, p. 287). Nessa obra, Wittgenstein introduz o octaedro das cores como complemento do simbolismo do *Tractatus* (ENGELMANN, 2014). O octaedro é uma figura sólida utilizada para descrever o espaço das cores, mostrando as relações possíveis entre elas (por exemplo, os graus de brilho e saturação e/ou relações de uma cor com outras). Vide figura a seguir.

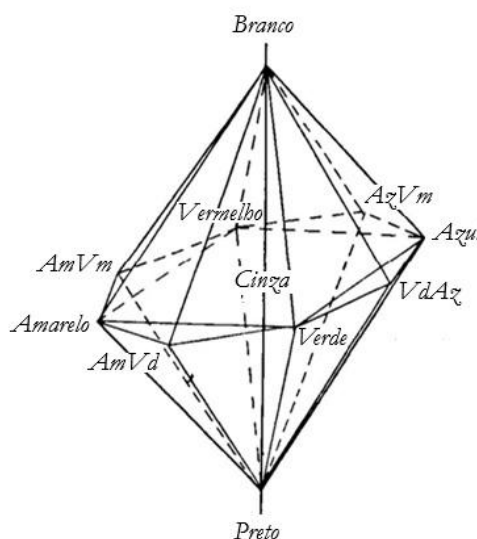


Figura 2 – Octaedro das cores.

Fonte: *Philosophical Remarks* (WITTGENSTEIN, 1931, p. 31).

Em síntese, o octaedro das cores serve à descrição das expectativas que podemos ter com relação às variações entre as cores (ENGELMANN, 2014, p. 35). Ele mostra, por exemplo, a possibilidade da variação da cor amarela em direção à cor vermelha (passando pela cor laranja), ao mesmo tempo em que mostra que a variação da cor vermelha em direção à cor verde é impossível: um contrassenso (PR, §39). Conforme explica Engelmänn:

Algumas cores aproximam-se, outras, não. A ‘mistura’ de, por exemplo, amarelo e vermelho é o laranja. Contudo, a mistura de vermelho e verde é “impossível”. “A é vermelho esverdeado” é um contrassenso, mas “A é amarelo avermelhado (laranja)” pode ser uma descrição verdadeira ou falsa. Ocorre que o sistema de coordenadas não indica a impossibilidade da mistura de vermelho e verde, dado que impede apenas impossibilidades espaciais. São complexidades desse tipo que são mostradas (visualmente, como em qualquer notação) no octaedro (ENGELMANN, 2017a, p. 27-8).

Nas *Observações Filosóficas*, Wittgenstein abandona o projeto de uma linguagem fenomenológica que havia sido estabelecido em *Some Remarks* (1929). Filosoficamente, o seu objetivo ainda era compreender “quais pares de nossa linguagem são engrenagens que giram ociosamente” (PR, §1) – ou, mais exatamente, investigar os limites do sentido e eliminar os contrassensos da linguagem. Contudo,

nessa empreitada, o simbolismo lógico do *Tractatus* e o simbolismo fenomenológico de *Some Remarks* cedem lugar ao projeto da gramática-fenomenológica. Wittgenstein passa a defender que analisar a linguagem significa esclarecer a sua gramática, apresentando, de modo perspicuo, as regras ali implícitas – a isso, por exemplo, serve o octaedro das cores.

O principal problema com a nossa gramática é que não demos dela uma *visão simultânea do todo e das partes*. [...] Usar o octaedro como representação oferece-nos uma *visão simultânea do todo e das partes* das regras gramaticais (WITTGENSTEIN, PR, §1).

Nesse movimento de abandono da linguagem fenomenológica, contudo, o octaedro das cores deixa de ser entendido como uma forma indispensável de representação. Apesar de ser bastante claro em sua explicitação quanto aos modos possíveis de dizer das cores e de suas combinações, ele poderia ser substituído por qualquer outra forma de representação que continuasse a descrever de modo adequado as relações entre as cores. Na tarefa de analisar e explicitar a lógica linguagem cotidiana, pensa Wittgenstein, “Tudo o que é possível e necessário é separar o que é essencial do que não é essencial em *nossa linguagem*” (PR, §1) e, embora o estabelecimento de linguagem fenomenológica possa ser pensado como um dos caminhos para a descrição da lógica da nossa linguagem, ela não seria o único método (ou mais adequado) para a realização dessa tarefa. Por isso, nas *Observações Filosóficas*, ele não mais intenciona a construção de uma tal linguagem.

Wittgenstein passa a defender que a explicitação das regras da nossa linguagem ocorre, por exemplo, quando determinamos o modo como as proposições da linguagem são verificadas, isto é, o modo como essas proposições fazem referência ao mundo empírico. Assim, a *verificação* adquire destaque como método de depurar as impurezas da linguagem, servindo à determinação do sentido das sentenças: “O modo como uma proposição é verificada é aquilo que ela mesma diz” (PR, §166), pois, diz Wittgenstein, “entender o sentido de uma proposição significa saber como a questão de sua verdade ou falsidade tem de ser decidida” (PR, §43)¹².

Outra diferença importante com relação à sua filosofia pregressa é a desistência de descrever a lógica da linguagem, somente, a partir das noções de *funções proposicionais* e *argumentos*. De acordo com o *Tractatus*, palavras podiam expressar dois tipos de simbolização: 1) *argumentos*, cuja função é designar objetos; e 2) *funções proposicionais n-árias* (por exemplo, relações como xRy), cujo papel é estruturar as proposições. Contudo, nas *Observações Filosóficas*, a “sintaxe lógica” descrita por Wittgenstein amplia esses dois tipos de significação:

¹² Segundo Engelmann, o fato mais notável dessa explicitação das regras da linguagem “é a incorporação de objetos físicos à ‘gramática’ da linguagem”, que, por sua vez, deixa de ser meramente uma linguagem de palavras (ENGELMANN, 2014, p. 15). Nas *Observações Filosóficas*, Wittgenstein passa a considerar “como pertencente à *linguagem* todo fato cuja ocorrência constitua como pressuposto do sentido de uma proposição” (PR, §45). Assim, qualquer sistema ou instrumento utilizado na determinação do sentido de uma proposição – uma regra ou uma paleta de cores, por exemplo –, passa a ser visto como parte constituinte da linguagem, pois serve “para mostrar a conexão entre a linguagem e a realidade” (PR, §46). Ele diz: “Se quero contar a alguém de que cor um dado material tem se der, mando-lhe uma amostra e, obviamente, essa amostra pertence à linguagem, da mesma forma como pertence a recordação ou imagem de uma cor que faço tornar-se presente por meio de uma palavra” (PR, §38).

Wittgenstein não apenas indica que o significado depende do contexto nas PB [*Observações Filosóficas*], mas também indica as *variadas* funções de palavras a partir do exemplo de um complexo mecânico: Diversas funções de palavras escondem-se na semelhança superficial entre elas. É o emprego, o uso, que revela os diversos papéis desempenhados por palavras, da mesma forma que uma barra de ferro revela-se uma alavanca somente a partir de seu emprego (PB §14). Ou seja, é o emprego de palavras em contextos significativos que revela os diversos *tipos* ou espécies de palavras (ENGELMANN, 2014, p. 17).

De acordo com essa nova concepção, produzimos contrassensos quando realizamos substituições inadequadas de palavras nas sentenças: por exemplo, quando não distinguimos *tipos* distintos de palavras, empregando-as indistintamente como se todas pertencessem ao mesmo gênero (ENGELMANN, 2017b, p. 51). Wittgenstein exemplifica esse tipo de contrassenso a partir dos seguintes exemplos:

Se pode dizer “Meça se *isso* é um círculo ou uma elipse” mas não “... se *isso* é um círculo ou um chapéu”, nem “Veja se *isso* é um chapéu ou vermelho” (PR, §96).

Podemos perguntar “Isso foi um trovão ou um tiro?”, contudo, não se poderia perguntar “Isso foi um barulho?” (PR, §96).

Esse processo de esclarecimento e explicitação da gramática da nossa linguagem, pensa Wittgenstein, seria suficiente para dissolver todo um conjunto de (pseudo)problemas filosóficos. Novamente, aqui, a verificação adquire destaque por ser este o modo de explicitar o significado que estamos dando à nossa linguagem.

Tal como Wittgenstein a concebe, “a filosofia, se viesse a dizer alguma coisa, teria de descrever a natureza do mundo” (PR, §54). Contudo, Wittgenstein também enfatiza que “a linguagem só pode dizer as coisas que também podemos imaginar [serem] de outra maneira” (PR, §54)¹³. Por esse motivo, as teses filosóficas tradicionais – que se apresentam como verdades gerais e apriorísticas (RUSSELL, 1914, p. 110) – são meros contrassensos. Com relação a esse ponto, Wittgenstein ainda menciona que, uma vez que “a natureza da linguagem é uma imagem [ou figuração] da natureza do mundo”¹⁴, a filosofia “pode de fato entender a natureza do mundo” (PR, §54). Mas, ele salienta, a filosofia pode realizar tal tarefa apenas em sua “qualidade de depositária da gramática”, descrevendo as regras para a linguagem que “excluem combinações de signos que resultem em contrassensos” (PR, §54).

Nesse percurso, Wittgenstein responde à pergunta colocada por ele próprio ao início do livro: por que a filosofia é tão complicada? Em sua resposta, ele deixa claro

¹³ Um exemplo de um contrassenso que viola essa regra é o seguinte: “O vermelho é uma cor”. Conforme assinala Wittgenstein, “Quando uma criança aprende *O azul é uma cor, o vermelho é uma cor, o verde, o amarelo – todos são cores*, não aprende nada de novo sobre as cores, mas o significado de uma variável em proposições como: *Há belas cores naquele quadro etc.* A primeira proposição lhe apresenta os valores de uma variável” (PR, §3).

¹⁴ Nesse ponto, adquire força um antigo pressuposto do *Tractatus*, a saber: o de que a linguagem representa os fatos que constituem o mundo – ou, em outras palavras, o pressuposto de que a linguagem e o mundo têm a mesma estrutura: “Se alguém dissesse: mas como se sabe que toda a realidade pode ser representada por proposições?, a resposta seria: só sei que ela pode ser representada por proposições na medida em que ela possa ser representada por proposições, e traçar uma linha entre uma parte que pode e uma parte que não pode ser representada assim é algo que não posso fazer na linguagem” (PR, §85).

que tal complexidade reside não no objeto da filosofia, mas “em nossa compreensão tortuosa” (PR, §2). A dificuldade da filosofia reside, sobretudo, no fato de que os métodos utilizados e os caminhos traçados para reparar os impasses dos nossos pensamentos serem tão complicados e tortuosos quantos os próprios impasses. Mas, antes, essa complicação se deve, inteiramente, à nossa compreensão equivocada da lógica da linguagem.

Considerações finais

Para os promulgadores da chamada “filosofia científica”, a exemplo de Russell, a adoção do método científico em filosofia resultaria no abandono da esperança de resolver grande parte dos problemas que a filosofia tradicional apresenta. Ainda assim, nessa perspectiva, diversos problemas filosóficos poderiam ser plenamente tratados, a partir da aplicação de certos princípios da análise lógica. Wittgenstein, por sua vez, considerou os problemas filosóficos como “pseudoproblemas”, isto é, como questões que não são passíveis de serem resolvidas, mas apenas *dissolvidas* por meio da análise lógica. De acordo com sua perspectiva, que se mantêm do *Tractatus* às *Observações Filosóficas*, os únicos problemas capazes de solução seriam aqueles que residem nos domínios das várias ciências, e a função da filosofia seria, no máximo, a de estabelecer uma distinção entre problemas reais e pseudoproblemas.

Aqui, é possível estabelecer o nítido contraste entre visão dos dois filósofos. A ideia de “solução dos problemas filosóficos”, mantida por Russell, implica que os problemas filosóficos sejam reais – e, conseqüentemente, passíveis de tratamento. Ao contrário, a perspectiva de “dissolução dos problemas filosóficos”, defendida por Wittgenstein, nega que os problemas filosóficos tradicionais sejam passíveis de tratamento empírico – por isso, eles são pseudoproblemas, e as teorias propostas para resolvê-los são contrassensos. Assim, em vez de produzir teorias, o objetivo da atividade filosófica deveria ser dissolver tais pseudoproblemas, expondo as imprecisões e/ou confusões linguísticas a partir das quais eles emergem.

Referências:

- BILSKY, Manuel; COBITZ, Joseph L. Ludwig Wittgenstein: Philosophy in Extremis. *Chicago Review*, v.8, n.2, 1954, p.88-102.
- ENGELMANN, Mauro Luiz. *Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method, and the Anthropological View*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.
- ENGELMANN, Mauro Luiz. Verificacionismo e “Mito do Dado” no Contexto das Observações Filosóficas. *Analytica*, v.18, n.2, p.13-40, 2014.
- ENGELMANN, Mauro Luiz. O Projeto da Linguagem Fenomenológica e as Observações Filosóficas. In: CARVALHO, M.; ENGELMANN, M.; CUTER, J. V.; NETO, B. P. (Orgs.). *Fenomenologia, análise e gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (Parte 1)*. São Paulo: Mundaréu, 2017a, p.13-36.
- ENGELMANN, Mauro Luiz. O Livro da Ampla Gramática de Base Fenomenológica [PB I] In: CARVALHO, M.; ENGELMANN, M.; CUTER, J. V.; NETO, B. P. (Orgs.). *Fenomenologia, análise e gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (Parte 1)*. São Paulo: Mundaréu, 2017b, p.37-60.
- HORWICH, Paul. *Wittgenstein's Metaphilosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2012.
- LAZEROWITZ, Morris. Wittgenstein: The Nature of Philosophy. *Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía*, v.19, n.56, p.3-17, 1987.
- RICHARDSON, Alan. Toward a History of Scientific Philosophy. *Perspectives on Science-Historical Philosophical and Social*, v.5, n.3, p.418-451, 1997.
- RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Tradução de Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2008. 227p. Original publicado em 1912.
- RUSSELL, Bertrand. On Scientific Method in Philosophy. In: *Mysticism and logic and other essays*. London: George Allen & Unwin, 1914, p.97-124.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Notebooks, 1914-1916*. 2. ed. Oxford: B. Blackwell, 1979. 140p.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. Some Remarks on Logical Form. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 9 (Supplemental), 1929, p.162-171.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Remarks*. R. Rhees (ed.). Oxford: Basil Blackwell, 1975.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- WITTGENSTEIN, L. Algumas observações sobre a forma lógica. Tradução de Eduardo Coutinho Lourenço de Lima. *Contextura*, v.1, 2004, p.58-61.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações filosóficas*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. R. Rhees (ed.). São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Autor(a) para correspondência: Acrísio Luiz Gonçalves, Centro Universitário Una - Campus Barro Preto, Rua dos Goitacazes, 1159 - Barro Preto, 30190-051, Belo Horizonte – MG, Brasil. acrissio@yahoo.com.br